

EDITORIAL

Acompanhamos, na última década no Brasil, e posteriormente, em África os dados do Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) 2000 - 2015 da UNESCO. A partir do Marco de Dakar que compreende seis objetivos e suas respectivas metas a serem alcançadas até 2015 são analisados dados referentes a 12 estratégias com as quais todos os países deveriam contribuir. O EPT monitorou o progresso relativo à educação nas ações internacionais pactuadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Apesar do Relatório sistematizar dados mais amplos, foram considerados em nossa pesquisa a situação educacional da região Nordeste do Brasil e de 03 países africanos: Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. O foco de nossa análise foi a evolução das ações de 2 Metas: a primeira, referente as habilidades mínimas a serem desenvolvidas para a educação de jovens e adultos. A meta buscou garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos fossem alcançadas por meio do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada, e acesso a programas de habilidades para a vida. A segunda meta referente a alfabetização de adultos que foi alcançar, até 2015, o aumento de 50% no nível de alfabetização, principalmente entre mulheres, e o acesso igualitário à educação básica e continuada para todos os jovens e adultos. Os dados evidenciam que embora seja possível verificar que houve aumento dos investimentos em educação em 38 países em cerca de 1% ou mais do PIB durante o período, muitas das metas prevista não foram cumpridas. No que se refere a meta de garantir acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e a habilidades para a vida, os dados revelam que a redução do analfabetismo em 50%, não foi cumprida, havendo uma pequena variação na taxa de adultos analfabetos que passou de 18%, em 1999, para 14%, em 2015. Revelam, ainda, os dados, que as mulheres ainda são a maioria desse número, representando dois terços do total. O documento traz evidências de que continua alta a carência da oferta de professores qualificados em um terço dos países. No que se refere a África, a qualidade de educação tem recebido atenção especial desde 2000 e o número de países que realizam avaliações nacionais de aprendizagem dobrou. Outra meta, a de número 6 voltada para melhorar a qualidade de educação e garantir resultados mensuráveis de aprendizagem para todos foi atingida parcialmente em função das condições de financiamento que continua a ser um grande obstáculo

MPGOA, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 01-03, 2016

em todos os níveis educacionais (UNESCO 2015). Estes dados evidenciam que há muito ainda a ser feito no que concerne à melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos em um mundo em constante mudanças, onde as crises sócio-econômicas deixam cada vez mais evidente a necessidade premente de criar oportunidades de desenvolvimento de competências e habilidades para a construção de cidadãos capazes de sobreviver no competitivo mercado de trabalho.

O dossiê Africanidade, no contexto deste panorama internacional traz contribuições de diversos autores sobre uma experiência de formação desenvolvida por pesquisadores brasileiros e africanos voltada para formação de docentes e gestores que atuam em projetos de educação de jovens e adultos. Do lado africano estiveram os seguintes países de língua portuguesa, representados por suas Universidades/Ministérios de Educação e Ensino Superior: Cabo Verde e Guiné Bissau. Embora as iniciativas de parceria tenham sido frutíferas no início das Missões, São Tomé e Príncipe não conseguiu apresentar no início dos Cursos as condições locais adequadas. Foram diversas as instituições envolvidas nesta dinâmica rede de Cooperação: a) Ministério da Educação do Brasil através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-Secadi (Financiador); Embaixadas do Brasil em Cabo Verde e Guiné Bissau; Universidade Federal da Paraíba UFPB através do Centro de Educação, dois Programas de Pós-Graduação, o Departamento de Mídias Integradas na Educação, Ministério de Educação e Cultura de Cabo Verde; Ministério de Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação de Cabo Verde; Instituto Universitário de Educação - IUE Cabo Verde; Ministério de Educação e Cultura de Guiné Bissau; Diretoria Geral de Educação e Formação de Adultos de Cabo Verde; Diretoria de Educação e Formação de Adultos de Guiné Bissau.

A experiência pode ser considerada relevante, pelo fato de que ainda em 2015 e relatório de monitoramento da educação, assinalar as dificuldades de se articular uma força-tarefa internacional para coordenar esforços no campo da formação docente. O Comitê Conjunto de Especialistas da OIT-UNESCO para a aplicação das Recomendações Relativas ao Corpo Docente não se mostrou um mecanismo forte indutor para a mudança. Desde 2000 não houve progresso no monitoramento do *status* dos professores. Mostra, também, progresso vagaroso de desenvolvimento de infraestrutura em países mais pobres, pela difusão lenta da tecnologia e pela falta de

maior coordenação global das tecnologias digitais relacionadas à educação. Essa constatação mostra a importância do investimento na formação de professores como mecanismo fundamental para as mudanças na qualidade da educação.

Assim, entendemos que a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, ainda em definição deverá funcionar não somente como um marco de ação para os esforços mundiais de desenvolvimento. Ao tratar de desafios novos e emergentes, não poderá deixar de incluir a formação docente como eixo norteador das políticas de desenvolvimento da Educação. No cerne da nova agenda de desenvolvimento, deverá figurar questões prementes como a redução da pobreza, a proteção do planeta os direitos humanos e a igualdade. Porém a sustentabilidade não poderá configurar como possível sem políticas ágeis de investimento na educação, e sobretudo na formação de professores.

Profa. Dra. Edna Gusmão de Góes Brennand
Coordenadora do MPGOA